



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Administração - PROAD
Departamento de Projetos, Contratos e Convênios - DPC
Av. Desembargador Vitor Lima, nº 222, 8º andar, Prédio da Reitoria 2
Bairro Trindade – Florianópolis/SC – CEP 88.040-400
CNPJ/MF nº 83.899.526/0001-82
Telefone: (48) 3721-4240/4236/4259
Website: dpc.proad.ufsc.br - E-mail: dpc.proad@contato.ufsc.br

DIGITADO
CONTRATO/PROAD/DPC



CONTRATO Nº 94 / 2017

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E A SOCIEDADE DESPORTIVA VASTO VERDE.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autarquia educacional criada e integrada ao Ministério da Educação (MEC) pela Lei nº 3.849, de 18/12/1960, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Universitário, Bairro Trindade, nesta Capital, representada pelo Pró-Reitor de Administração, Sr. Jair Napoleão Filho, CPF nº 342.374.379-49, doravante denominada LOCATÁRIA, e a SOCIEDADE DESPORTIVA VASTO VERDE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.664.327/0001-22, sediada na Rua Oswaldo Cruz, nº 140, em Blumenau/SC, doravante designada LOCADORA, neste ato representada pelo Sr. Adilson Grahl, portador do CPF nº 293.155.229-15, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23080.002336/2017-16** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de **Dispensa de Licitação nº 145/2017**, com fulcro no **art.24, inciso X, da Lei. 8666/93**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **locação de imóvel para instalação de laboratórios de informática do Campus Blumenau da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Projeto Básico – Anexo I, deste Termo de Contrato.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Projeto Básico – Anexo I, constante deste instrumento e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Os serviços objeto deste contrato estão discriminados no **Anexo I** deste Termo de Contrato.

Item	CÓD SIASG	Descrição	Unid. Medida	Qtd.	Valor Estimado Mensal	Valor Estimado Total (01/06/2017 a 14/06/2020)
001	4316	Locação de imóvel para instalação de laboratórios de informática do Campus Blumenau da UFSC	Un.	1	RS 2.500,00	RS 91.166,67
002	4120	Custos variáveis dos serviços comuns	Un.	1	RS 4.221,36	RS 153.938,90
TOTAL					RS 6.721,36	RS 245.105,57

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O contrato de locação terá vigência contada a partir da data de 01/06/2017 até 14/06/2020, admitida a prorrogação por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes, observados os termos da legislação vigente, mormente o disposto no artigo 51, da Lei nº 8.245, de 1991 e Orientação Normativa nº 06 da AGU.

2.2. A vigência não está sujeita ao limite máximo de 60 (sessenta) meses estipulado pelo inc. II do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3. Caso não tenha interesse na prorrogação, a LOCADORA deverá enviar comunicação escrita à LOCATÁRIA, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

2.4. O Contrato de Locação continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do artigo 8º da Lei nº 8.245, de 1991, ficando desde já autorizada a LOCATÁRIA a proceder à averbação deste instrumento na matrícula do imóvel junto ao Oficial de Registro de Imóveis competente, correndo as despesas decorrentes por conta da LOCADORA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal estimado da contratação é de R\$ 6.721,36 (seis mil setecentos e vinte e um reais e trinta e seis centavos), perfazendo o valor total anual estimado de R\$ 245.105,57 (duzentos e quarenta e cinco mil cento e cinco reais e cinquenta e sete centavos).

3.2. O valor da locação perfaz a contraprestação mensal fixa de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

3.3. O valor estimado total de R\$ 245.105,57 (duzentos e quarenta e cinco mil cento e cinco reais e cinquenta e sete centavos) foi estimado para a contratação dos serviços pelo período de 01/06/2017 a 14/06/2020 (primeiro de junho de dois mil e dezessete a catorze de junho de dois mil e vinte) e baseado no valor mensal do aluguel e da estimativa de consumo de energia elétrica.

3.4. Os custos variáveis dos serviços comuns foram estimados mensalmente em R\$ 4.221,36 (quatro mil duzentos e vinte e um reais e trinta e seis centavos), baseados na variação sazonal de consumo do prédio da Sede Acadêmica em 2016.

3.4.1. Os valores poderão ter variação mensal e serão aferidos através de medição realizada pela Contratante.

3.4.2. O valor a ser pago mensalmente pelos custos variáveis dos serviços comuns será realizado através de reembolso.

3.5. No valor constante no item 3.1 estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

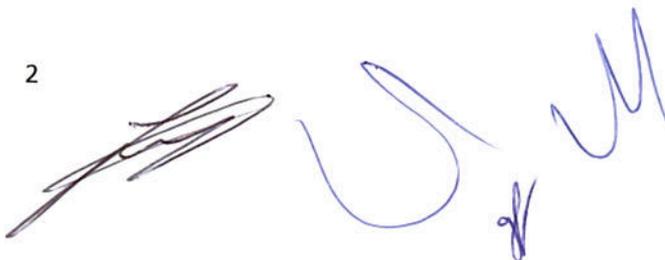
Fonte: 0112000000

Programa de Trabalho: 12.364.2080.20RK.0042 e 12.364.2080.20RK.0042

Natureza: 339039

Ptres:108366 e 108371

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.



5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos da LOCATÁRIA são realizados em conformidade com a Lei nº 8.666/1993 e conforme disponibilidade de recursos financeiros, pelo Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF), mediante crédito bancário, salvo:

5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, da Lei nº 8.666/1993, serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal/fatura.

5.2. O pagamento será efetuado pelo DCF no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento dos materiais/prestação dos serviços e da nota fiscal/fatura, devidamente atestada, a qual deverá:

5.2.1. Ser emitida conforme as previsões legais e regulamentares vigentes, em 2 (duas) vias ou mais, com mesma razão social e número de inscrição no CNPJ/MF informados para a habilitação e oferecimento da proposta de preços, bem como deverá conter todos os dados necessários à perfeita compreensão do documento.

5.2.2. Conter registro da data de sua apresentação/recebimento e do servidor responsável por este em todas as suas vias, assim como, em mecanismo complementar de registro, como livro protocolo de recebimento, aviso de recebimento ou outro, quando houver.

5.3. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

5.3.1. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

5.4. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária (OB) para pagamento.

5.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “ateste” pelo servidor competente, devidamente identificado, na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do prestador dos serviços.

5.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária, nos termos da legislação aplicável.

5.6.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

5.6.2. A LOCADORA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio

de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.7. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte da LOCADORA.

5.7.1. O desconto de qualquer valor no pagamento devido a LOCADORA será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

5.8. É vedado a LOCADORA transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

5.9. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tiver sido imposta em decorrência de inadimplência contratual.

5.10. No interesse da Administração poderá ocorrer a antecipação de pagamento, sendo este em duas hipóteses:

5.10.1. Por meio de correspondência com a antecipação da execução da obrigação, propiciando descontos para a LOCATÁRIA (artigo 40, XIV, 'd'). Calculado à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$D = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de desconto;

D = Desconto por antecipação;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento antecipado;

VP = Valor da parcela a ser antecipada.

5.10.2. Nas contratações internacionais, onde poderá prevalecer disposição especial a ser acordada entre as partes;

5.11. O pagamento será efetuado mediante atendimento das metas na execução do serviço, com base no Acordo de Níveis de Serviço e nos instrumentos de fiscalização e medição da qualidade definidos no Projeto Básico, conforme o inciso XII do Art. 19 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Para os preços convencionados no item 001, nos termos da proposta homologada, serão fixos pelo prazo de 12 (doze) meses, contatos do início da vigência deste contrato, admitindo-se, decorrido este prazo, o reajuste dos preços mediante a aplicação da variação do IGP-M/FGV.

6.2. Para os preços convencionados no item 002, nos termos da proposta homologada, serão fixos pelo prazo de 12 (doze) meses, contatos do início da vigência deste contrato, admitindo-se, decorrido este prazo, o reajuste dos preços mediante a aplicação da variação do IPCA/IBGE.

6.3. Para o primeiro reajuste será considerado o índice acumulado no período compreendido entre o mês de início da vigência deste contrato e o mês anterior ao da incidência do reajuste.

6.4. Para os reajustes subsequentes serão considerado os índices acumulados no período compreendido entre o mês de início da vigência dos novos valores e o mês anterior ao de suas incidências, respeitando o interregno mínimo de 12 (doze) meses, inclusive em caso de prorrogação do presente contrato.

6.5. A CONTRATADA perderá o direito de exigir, retroativamente, o reajuste dos preços contratados se não solicitá-lo até, no máximo, o mês subsequente ao de sua incidência.

6.4.1. Ultrapassando este prazo os efeitos financeiros do reajuste somente terão vigência a partir da data da solicitação.

6.6. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. O regime de execução de serviços a serem executados pela LOCADORA será o de **empreitada por preço global** e os materiais que serão empregados são aqueles previstos no Projeto Básico, anexo deste Termo de Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela LOCADORA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3. Notificar a LOCADORA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

8.4. Pagar à LOCADORA o valor resultante da prestação do serviço, nos prazos e condições estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos.

8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura/nota fiscal de serviços da LOCADORA, em conformidade com o §8º do art. 36 da IN SLTI/MPOG nº 02/2008.

8.6. Responsabilizar-se financeiramente pelas despesas ordinárias, entendidas como aquelas necessárias à sua administração, como, por exemplo:

- a) Limpeza, conservação e pintura de manutenção nas instalações e dependências.
- b) Manutenção e conservação das instalações e equipamentos hidráulicos, elétricos, mecânicos e de segurança;
- c) Prêmio de seguro complementar contra incêndio.

8.7. Realizar mensalmente a medição do consumo de energia elétrica através de servidor responsável e fornecer planilha à LOCADORA para emissão do documento fiscal.

8.8. Realizar as suas expensas adequações da rede elétrica a fim de adaptá-la às suas necessidades.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

9.1 Executar os serviços conforme especificado, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios indispensáveis, na qualidade e quantidade especificadas, conforme o Projeto Básico, sua proposta e este Termo de Contrato.

9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os art. 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando a LOCATÁRIA autorizada a descontar dos pagamentos devidos à LOCADORA, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.4. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à LOCATÁRIA.

- 9.5. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a LOCADORA relatar à LOCATÁRIA toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.6. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da contratação.
- 9.7. Relatar à LOCATÁRIA toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 9.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 9.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 9.12. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão LOCATÁRIO, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.
- 9.13. Discriminar no documento fiscal de pagamento o valor mensal da locação, bem como os valores correspondentes ao custo variáveis dos serviços comuns (energia elétrica).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

- 10.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da LOCATÁRIA, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/1997.
- 10.2. O representante da LOCATÁRIA deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 10.3. As disposições previstas neste subitem não excluem o disposto na Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização, constante do Anexo IV da IN SLTI/MPOG nº 02/2008.
- 10.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Projeto Básico (Anexo I).
- 10.5. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da IN SLTI/MPOG nº 02/2008, quando for o caso.
- 10.6. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.
- 10.7. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da LOCADORA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.
- 10.8. O representante da LOCATÁRIA deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

10.9. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela LOCADORA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório, no Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.

10.10. A fiscalização de que trata este subitem não exclui nem reduz a responsabilidade da LOCADORA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da LOCATÁRIA ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

10.11. A designação dos fiscais e do gestor do Contrato dar-se-á mediante portaria ou ato normativo equivalente da administração da Universidade, juntado nos autos após a celebração do ajuste.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Conforme item 13 do Projeto Básico (Anexo I).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos art. 78 e 79 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo deste instrumento contratual.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à LOCADORA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A LOCATÁRIA reconhece os direitos da LOCADORA em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1 É vedado à LOCADORA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da LOCATÁRIA, salvo nos casos previstos em lei.

13.1.3. Subcontratar, parcial ou totalmente, o objeto deste Termo de Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A LOCADORA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da LOCADORA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos nesta contratação, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da LOCATÁRIA à continuidade do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à LOCATÁRIA providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

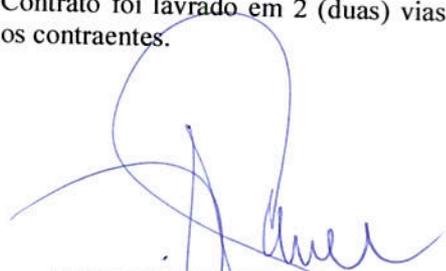
16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Subseção Judiciária de Florianópolis (Seção Judiciária de Santa Catarina) - Justiça Federal.

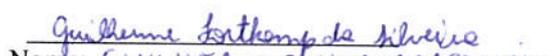
Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Florianópolis, 26 de MAIO de 2017.


Jair Napoleão Filho
CPF: 342.374.379-49
(Pró-reitor de Administração)


Adilson Grahl
CPF: 293.155.229-15
Representante legal da LOCADORA

TESTEMUNHAS


Nome: GUILHERME FORTKAMP DASILVEIRA
CPF: 047.938.339-18


Nome: Adrianna P. Amadeo
CPF: 775.883.559-72

ANEXO I - PROJETO BÁSICO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE BLUMENAU**

Rua Pomerode, 710
Bairro Salto do Norte – Blumenau/SC – CEP 89065-300
CNPJ/MF nº 83.899.526/0001-82
Telefones: (48) 3721-3394 / (47) 3232-5100



Website: <http://blumenau.ufsc.br> - E-mail: administrativo.blumenau@contato.ufsc.br

PROJETO BÁSICO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA)

Este Projeto Básico foi elaborado em cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso I da Lei nº 8.666/93 e art. 14 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por intermédio do Campus Blumenau, pretende locar imóvel destinado a abrigar suas instalações, com base nas Leis nº 8.666/93 e nº 8.245/91, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, subsidiariamente nas demais normas legais e regulamentares, na modalidade **Dispensa de Licitação**, com base no art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, para execução do objeto elencado neste documento.

PROCESSO Nº 23080.002336/2017-16

1. OBJETO

1.1. Este Projeto Básico tem como objeto a locação de imóvel para instalação de laboratórios de informática do Campus Blumenau da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CÓD SIASG	Descrição	Unid. Medida	Qtd.	Valor Estimado Mensal	Valor Estimado Total (01/06/2017 a 14/06/2020)
001	4316	Locação de imóvel para instalação de laboratórios de informática do Campus Blumenau da UFSC	Un.	1	RS 2.500,00	RS 91.166,67
002	4120	Custos variáveis dos serviços comuns	Un.	1	RS 4.221,36	RS 153.938,90
TOTAL					RS 6.721,36	RS 245.105,57

1.2. A estimativa da despesa para a contratação dos serviços acima relacionados observa o inciso X do art. 40 da Lei nº 8.666/93 e foi estimada em **RS 245.105,57 (duzentos e quarenta e cinco mil, cento e cinco reais e cinquenta e sete centavos)**.

1.2.1. O valor da locação perfaz a contraprestação mensal fixa de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

1.2.2. Os custos variáveis dos serviços comuns foram estimados em R\$ 4.221,36 (quatro mil duzentos e vinte e um reais e trinta e seis centavos), baseados na variação sazonal de consumo do prédio da Sede Acadêmica em 2016.

1.2.2.1. Os valores poderão ter variação mensal e serão aferidos através de medição realizada pela Contratante.

1.2.2.2. O valor a ser pago mensalmente pelos custos variáveis dos serviços comuns será realizado através de reembolso.

1.2.3. O valor de R\$ 245.105,57 (duzentos e quarenta e cinco mil, cento e cinco reais e cinquenta e sete centavos) foi estimado para a contratação dos serviços pelo período de 01/06/2017 a 14/06/2020 e baseado no valor mensal do aluguel e da estimativa de consumo de energia elétrica.

a) Este período coincide com a vigência do contrato nº 054/2015, oriundo do processo nº 23080.003996/2015-52, cujo objeto é a locação de imóvel para abrigar as instalações da Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Blumenau, no qual se desenvolvem as atividades acadêmicas.

ITEM 01	
Valor Mensal Aluguel	R\$ 2.500,00
Mês Comercial	30 dias
Valor Diário Médio	R\$ 2.500,00 / 30 = R\$ 83,33
Prazo Contratação	36 meses e 14 dias
	R\$ 2.500,00 * 36 = R\$ 90.000,00
Valor Estimado para Contratação	R\$ 83,33 * 14 = R\$ 1.116,67
	Total: R\$ 91.166,67
ITEM 02	
Valor Mensal Serviços Comuns Estimados	R\$ 4.221,36
Mês Comercial	30 dias
Valor Diário Médio	R\$ 4.221,36 / 30 = R\$ 140,71
Prazo de Contratação	36 meses e 14 dias
	R\$ 4.221,36 * 36 = R\$ 151.968,96
Valor Estimado para a Contratação	R\$ 140,71 * 14 = R\$ 1.969,94
	Total: R\$ 153.938,90

1.3. Detalhamento da Especificação:

1.3.1. Locação de imóvel, no raio máximo de 500m (quinhentos metros) de distância do seguinte endereço:

a) **Rua João Pessoa, 2750, bairro Velha, Blumenau/SC.**

1.3.2. Área construída entre 150 e 300 m² (cento e cinquenta e trezentos metros quadrados), para uso exclusivo da Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3.3. Cota para enchente acima de 12 metros.

1.3.4. Imóvel adaptado às normas de acessibilidade de deficientes físicos.

1.3.5. Estrutura elétrica com capacidade para acomodar 80 computadores e aparelhos de ar-condicionado.

1.3.6. Habite-se mediante classificação da Prefeitura de Blumenau como Estabelecimento de Ensino Especializado, bem como instalações aprovadas e de acordo com as Normas de Segurança Contra Incêndios do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

1.3.7. Deve possuir ao menos um banheiro separado para cada sexo, de uso exclusivo da Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3.8. Estacionamento com no mínimo 40 (quarenta) vagas para automóveis.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica-se e motiva-se a realização desta **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fulcro no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, para atender às necessidades de espaço para instalação de laboratórios de informática do Campus Blumenau da UFSC.



2.2. O Campus da UFSC em Blumenau está instalado em imóveis locados em duas sedes: Sede Acadêmica (Rua João Pessoa, nº 2750 – Bairro Velha) e Sede Administrativa (Rua Pomerode, nº 710, Bairro Salto do Norte). Na Sede Acadêmica encontram-se as salas de aula, laboratórios, auditório, secretaria acadêmica e biblioteca, sendo o local utilizado atualmente pelos 850 estudantes dos cursos de Engenharia de Controle e Automação, Engenharias de Materiais e Engenharia Têxtil, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Química além do Mestrado Profissional em Ensino de Física.

2.3. Em 2017, o Campus de Blumenau receberá em torno de 500 estudantes, podendo chegar, em 2018, a um total de aproximadamente 2.000 alunos em sua plena consolidação. Desta forma, o espaço físico atual disponível na Biblioteca não poderá mais atender a demanda dos estudantes e servidores da UFSC/Blumenau. Nesse sentido, é necessária a ampliação da Biblioteca através da ocupação da área adjacente, na qual estão atualmente dois laboratórios de informática.

2.4. Portanto, são necessárias providências quanto à locação de novo imóvel com área entre 150 e 300m², para abrigar os dois laboratórios de informática, os quais também são imprescindíveis para as atividades acadêmicas. Tal imóvel deve localizar-se no entorno da Sede Acadêmica (Rua João Pessoa, 2750 – Bairro Velha, Blumenau/SC), em raio de no máximo 500 metros de distância.

2.5. Desta feita, torna-se indispensável que o novo imóvel esteja localizado na região definida, devido à necessidade de proximidade deste com a Sede Acadêmica atual, onde todas as demais atividades acadêmicas são desenvolvidas, justificando-se assim a dispensa de licitação.

2.6. Modalidade de Contratação: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, obedecendo ao disposto no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271/1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

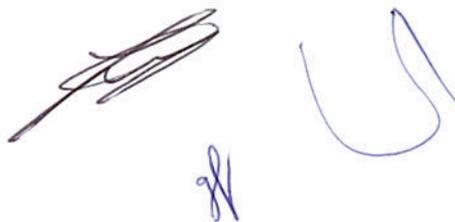
3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.3. O objeto desta contratação é caracterizado como **serviço contínuo ou continuado**, pelo Decreto nº 2.271/97 e pela IN nº 02/2008 SLTI/MPOG, pois visa a suprir necessidades permanentes da Administração Pública, por meio da prestação de um serviço não passível de divisão ou segmentação lógica ou razoável em unidades autônomas, nem módulos, nem fases, nem etapas independentes, porém prestado de maneira seguida, ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo, estendendo-se por mais de um exercício financeiro, ou de outro modo posto, à disposição em caráter permanente objetivando, essencialmente, assegurar a continuidade das atividades da Administração, prezando o patrimônio público de forma rotineira e permanente, **sem a dedicação exclusiva de mão de obra**, e como **serviço comum** pelo Decreto nº 5.450/05, pois os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos no Projeto Básico, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

4. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Independentemente de cadastro no SICAF, a comprovação da qualificação técnica, relativamente ao objeto, se dará mediante a regularidade das seguintes certidões:

- a) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
- b) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF).
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- d) Certidões do Imóvel registradas em Cartório.



e) Habite-se mediante classificação da Prefeitura de Blumenau como Estabelecimento de Ensino Especializado.

f) Alvará expedido pela Prefeitura Municipal de Blumenau.

4.2. Distância máxima de 500m (quinhentos metros) no raio da Sede Acadêmica do Campus Blumenau, localizado na Rua João Pessoa, 2750, bairro Velha, Blumenau/SC.

5. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A Contratada deverá garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado, assegurando o livre acesso dos servidores e alunos da Contratante.

5.2. A Contratada deverá entregar, em perfeito estado de funcionamento, os sistemas de combate a incêndio, bem como sistema hidráulico.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto deste Projeto Básico e dará ciência a Contratante.

6.2. O fiscal designado para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Projeto Básico registrará, em relatório, todas as ocorrências relacionadas com sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

6.3. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que deverão ser respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.4. A Contratada poderá indicar um representante para representá-la na execução do objeto deste Projeto Básico.

7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.1. A utilização do espaço pela Contratante está prevista a partir de 01/06/2017 até 14/06/2020, totalizando 36 (trinta e seis) meses e 14 (catorze) dias, admitida a prorrogação por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes, observados os termos da legislação vigente, mormente o disposto no artigo 51, da Lei nº 8.245, de 1991 e Orientação Normativa nº 06/2009 da AGU.

7.2. O prazo de vigência estipulado no item 7.1 está previsto para coincidir com o término do contrato nº 054/2015, processo sob o nº 23080.003996/2015-52, cujo objeto é a locação de imóvel para abrigar as instalações da Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Blumenau, no qual se desenvolvem as atividades acadêmicas.

7.2.1. Sendo os imóveis locados próximos e possuindo finalidade para desenvolvimento das atividades acadêmicas, existe a necessidade de que suas datas de vigência tenham seus termos concomitantes.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

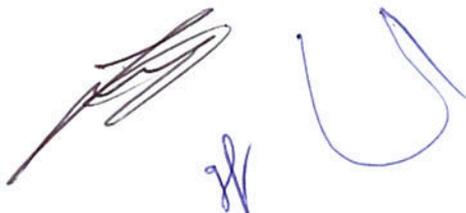
8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



- 8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, nos prazos e condições estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos.
- 8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura/nota fiscal de serviços da Contratada, em conformidade com o §8º do art. 36 da IN SLTI/MPOG nº 02/2008.
- 8.6. Responsabilizar-se financeiramente pelas despesas ordinárias, entendidas como aquelas necessárias à sua administração, como, por exemplo:
- a) Limpeza, conservação e pintura de manutenção nas instalações e dependências.
 - b) Manutenção e conservação das instalações e equipamentos hidráulicos, elétricos, mecânicos e de segurança.
 - c) Prêmio de seguro complementar contra incêndio.
- 8.7. Realizar mensalmente a medição do consumo de energia elétrica através de servidor responsável e fornecer planilha à Contratada para emissão do documento fiscal.
- 8.8. Realizar as suas expensas adequações da rede elétrica a fim de adaptá-la às suas necessidades.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Executar os serviços conforme especificado, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios indispensáveis, na qualidade e quantidade especificadas, conforme este Projeto Básico e sua proposta.
- 9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os art. 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Projeto Básico, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.4. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.
- 9.5. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.6. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da contratação.
- 9.7. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 9.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 9.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.



9.12. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.

9.13. Discriminar no documento fiscal de pagamento o valor mensal da locação, bem como os valores correspondentes ao custo variáveis dos serviços comuns (energia elétrica).

10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Contratante à continuidade do contrato.

12. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

12.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/1997.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. As disposições previstas neste item não excluem o disposto na Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização, constante do Anexo IV da IN SLTI/MPOG nº 02/2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

12.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

12.5. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da IN SLTI/MPOG nº 02/2008, quando for o caso.

12.6. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

12.7. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

12.8. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

12.9. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório, neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.

12.10. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

12.11. A designação dos fiscais e do gestor do contrato dar-se-á mediante portaria ou ato normativo equivalente da administração da Universidade, juntado nos autos após a celebração do ajuste.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Se a Contratada tentar fraudar, fraudar ou falhar na execução do objeto, ou ensejar retardamento de sua execução, ficará sujeito às seguintes penalidades, conforme o caso:

a) Atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo superior a 30 (trinta) dias: cancelamento do Contrato, impedimento de licitar e de contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo prazo de 2 (dois) a 3 (três) anos, além de multa de 20 (vinte por cento) em relação ao valor global atualizado do Contrato.

b) Entregar produtos ou prestar serviços com características diversas daquelas constantes de sua proposta (salvo se mediante devida comprovação quanto à equivalência em processo administrativo adequado e aprovado pela autoridade competente), recusando-se ou deixando de substituí-lo no prazo fixado pela UFSC: impedimento de licitar e de contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo prazo de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor global atualizado do Contrato.

c) Deixar de prestar garantia técnica a quaisquer dos itens relativos à contratação, dentro do prazo exigido no Projeto Básico e seus Anexos: impedimento de licitar e de contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo prazo de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor global atualizado do Contrato.

13.1.1. Nos casos em que a Contratada inadimplente entregar os produtos ou prestar os serviços durante o processo para sua penalização, fica facultado à UFSC receber o produto/serviço e reduzir a multa até a metade do valor inicialmente calculado, podendo ainda deixar de aplicar a penalidade de impedimento de licitar ou contratar, considerando-se o prejuízo sofrido pela Administração.

13.2. Se a Contratada apresentar indícios, documento ou declaração falsos, ficará sujeita às seguintes penalidade, conforme o caso:

a) Omitir informações em quaisquer documentos exigidos na contratação: impedimento de licitar e de contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo prazo de até 4 (quatro) anos.

b) Adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade: impedimento de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

13.3. Se a Contratada cometer fraude fiscal, mediante declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal, omissão, falsificação ou alteração de informações em suas notas fiscais ou de outrem, ficará sujeita a impedimento de licitar e de contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

13.4. A Contratada enquadrada nos itens 13.2 e 13.3, além da pena aplicável, sofrerá ainda multa de 20% (vinte por cento) em relação ao:

a) Valor total de sua proposta.

13.5. A Contratada é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto nº 8.538/15.

13.6. Se a Contratada comportar-se de modo inidôneo ficará sujeito às seguintes penalidades, conforme o caso:



a) Praticar atos comprovadamente realizados com má-fé ou dolo: impedimento de licitar e de contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor total de sua proposta ou ao valor do empenho, ou Contrato.

13.7. Além do exposto nos itens precedentes, a Contratada ficará sujeita a sanções de advertência e multa, de acordo com o estabelecido nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, aplicadas suplementarmente pela inobservância das condições estabelecidas para o fornecimento ou prestação de serviço ora contratado.

a) Advertência, nos casos de menor gravidade.

b) Multa de mora de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento), calculada sobre o total devido, por dia de atraso na entrega do objeto, sendo que a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, este será considerado como inexecução total do Contrato, implicando as sanções mencionadas no item 13.1.

13.8. As sanções previstas nesta seção não impedem a Administração de exigir indenizações suplementares para reparar os danos oriundos da violação de deveres contratuais por parte do licitante, apurados durante processo administrativo de penalização.

13.8.1. Se as multas previstas no Projeto Básico não forem suficientes para indenizar os danos sofridos pela Administração, esta poderá cobrar, administrativa e judicialmente, os prejuízos excedentes, tendo, neste caso, que provar os danos, conforme dispõe o art. 416 do Código Civil Brasileiro.

13.9. Será assegurado a Contratada, previamente à aplicação das penalidades indicadas neste instrumento convocatório, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.10. A aplicação de uma das penalidades previstas neste Projeto Básico não exclui a possibilidade de aplicação de outras.

13.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e de contratar, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas do Projeto Básico, no Contrato e em demais cominações legais.

13.12. A dosimetria das penalidades levará em consideração, além dos fatos e provas constantes do processo administrativo:

- a) O dano causado à Administração;
- b) O caráter educativo da pena;
- c) A reincidência como maus antecedentes;
- d) A proporcionalidade.

13.13. Nos casos em que couber, serão aplicadas ainda as sanções previstas na Lei nº 12.846/13, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

13.14. Quando a rescisão contratual não for conveniente e oportuna à Administração, esta poderá manter em vigor o Contrato, cobrando apenas os valores referentes às multas, fundamentando expressamente as razões que motivam a manutenção da relação contratual.

13.15. As sanções de impedimento de licitar e de contratar não serão passíveis de reabilitação antes de finalizado o prazo fixado, tendo a Contratada que cumpri-lo integralmente.

13.16. O encaminhamento de Ofício de Notificação quanto à abertura de processo administrativo contra Contratada será efetuado pelo departamento, unidade ou comissão responsável da UFSC, exclusivamente por meio de endereço eletrônico constante do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou aquele informado na proposta, para fins de garantir o seu direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.16.1. Levando em conta as inovações tecnológicas, o avanço das tecnologias de informação e o fato inegável de que, atualmente para participar de um processo licitatório todos os licitantes devem possuir acesso às redes mundiais de computadores, todas as comunicações entre a UFSC e a Contratada dar-se-ão por meio eletrônico, considerando-se o endereço eletrônico mencionado no item precedente, sendo de inteira responsabilidade da Contratada mantê-lo permanentemente atualizado.

13.16.2. A Contratada, além de manter seu e-mail permanentemente atualizado, fica responsável por acessar sua caixa de entrada periodicamente durante todo o período da contratação, devendo também averiguar sua caixa de spam, sob pena de perder os prazos legais previstos acerca do direito de defesa/manifestação quanto ao teor do Ofício de Notificação.

13.16.3. Tal prática visa a conferir maior celeridade processual e proporcionar economicidade a todas as partes envolvidas nos processos, sobretudo à sociedade, que custeia a gestão pública, na medida em que privilegia o envio eletrônico de informações em detrimento de outros meios de comunicação, como publicações em Diário Oficial ou remessas via correio, à exceção dos casos que por Lei exigem-se intimação ou vista pessoal.

13.16.4. Quando, por razões técnicas, for inviável o uso de meio eletrônico para o encaminhamento de Ofício de Notificação, esse ato poderá ser viabilizado segundo as regras ordinárias, sendo dever da Contratada manter, junto à Administração, atualizados os dados de endereço, contato telefônico e do representante legal da empresa, não suprimindo tal ônus a mera formalização da alteração do ato constitutivo ou do contrato social na Junta Comercial competente, no Cartório de Registro de Títulos ou outro ato solene que a lei determinar.

13.16.5. O encaminhamento de Ofício de Notificação por meio eletrônico possui respaldo no art. 5.º, LXXVIII, da Constituição Federal de 1988; art. 26, § 3.º, in fine e art. 2.º, § único, IX (princípio do formalismo moderado), todos da Lei n.º 9.784/99, a qual regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal; art. 5.º do Decreto n.º 8.539/15; e, subsidiariamente, cf. disciplina o art. 15, calca-se também na disposição do art. 270 do Código de Processo Civil de 2015, sendo hoje uma prática já consolidada no Poder Judiciário e que vem sendo implantada nos demais Poderes com a finalidade de otimizar custos, critérios de sustentabilidade e ritos processuais, primando pela eficiência no serviço público sem prejuízo do direito ao contraditório e à ampla defesa de quaisquer das partes.

13.16.6. Simultaneamente ao encaminhamento eletrônico, o Ofício de Notificação será disponibilizado também no portal da Pró-Reitoria de Administração - PROAD, sítio www.proad.ufsc.br, o que poderá substituir a publicação da notificação em Diário Oficial ou caso não tenha sido possível localizar a Contratada.

13.16.7. As defesas/manifestações, quando em resposta ao Ofício de Notificação de que trata o item anterior, deverão ser encaminhadas eletronicamente, segundo as orientações contidas no sítio da PROAD supracitado, de modo a economizar custos, evitar a necessidade de deslocamentos e, ainda, otimizar o prazo para que a Contratada elabore as peças que julgar convenientes à sua defesa/manifestação.

13.16.8. Todo o recebimento eletrônico será protocolado por meio de uma resposta eletrônica, resguardando a Contratada quanto à efetiva entrega de sua defesa ou manifestação.

13.16.9. Quando a defesa/manifestação da Contratada for enviada para atender a prazo processual, este passará a contar do primeiro dia útil subsequente ao da inserção da informação no portal da PROAD, bem como do envio desta por meio do endereço eletrônico indicado nos termos do item 18.19, sendo considerada tempestiva a defesa/manifestação transmitida até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.

13.16.10. Toda a operacionalidade por meio eletrônico mantém inalterados os prazos legais para as defesas/manifestações, bem como mantém conservado todo o direito ao contraditório e à ampla defesa em toda e qualquer fase do rito processual.

13.16.11. Demais dúvidas acerca do disposto nos subitens precedentes quanto às notificações, defesas ou manifestações, poderão ser sanadas por meio eletrônico, seguindo as orientações contidas no sítio da PROAD, www.proad.ufsc.br.

13.17. As multas aplicadas deverão ser recolhidas à UFSC, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, observando-se sua data de vencimento, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, nos termos da Lei n.º 6.830/80, com os encargos correspondentes, ou descontá-las dos valores remanescentes de pagamentos à empresa.

